

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Condensadas**

Preparadas de Acordo com o IAS 34

31 de março de 2022

Simples | Pessoal | Justo





Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Demonstração condensada do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de abril de 2022

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Caio Fernandes Arantes".

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE	Pág.
Balanço Patrimonial Consolidado Condensado.....	5
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado.....	7
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente	8
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa.....	10
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações.....	11
2. Base para consolidação	15
3. Ativos Financeiros.....	19
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	21
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	21
6. Ativo tangível.....	23
7. Ativo intangível - Ágio	24
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis	25
9. Passivos financeiros	25
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões.....	28
11. Patrimônio Líquido.....	32
12. Impostos sobre a renda	34
13. Detalhamento de contas de resultado.....	35
14. Plano de Benefícios a Funcionários	36
15. Segmentos operacionais.....	38
16. Transações com partes relacionadas	39
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	45
18. Outras Divulgações	50
19. Eventos Subsequentes	57
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado	58
Comentário de Desempenho.....	59
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	67
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69
Composição dos Órgãos da Administração.....	71

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial Consolidado Condensado

	Notas Explicativas	31/03/2022	Banco 31/12/2021
Disponibilidades		19.170.552	16.657.201
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	30.210.987	18.858.842
Instrumentos de Dívida		3.620.872	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil		26.590.115	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	94.791.022	70.570.665
Instrumentos de Dívida		61.297.199	47.752.595
Instrumentos de Patrimônio		2.889.688	2.020.610
Derivativos	17	30.604.135	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	852.576	870.162
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		699.825	392.455
Instrumentos de Patrimônio		152.751	477.707
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	89.486.347	101.241.787
Instrumentos de Dívida		89.455.650	101.212.600
Instrumentos de Patrimônio		30.697	29.187
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	623.162.184	633.241.352
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		93.479.043	95.664.754
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		457.914.026	464.451.587
Instrumentos de Dívida		71.769.115	73.125.011
Derivativos Utilizados como Hedge	17	109.035	342.463
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		776.605	816.345
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	1.597.982	1.232.646
Ativos Fiscais		41.737.773	41.757.332
Correntes		4.724.244	4.117.035
Diferidos		37.013.529	37.640.297
Outros Ativos		9.636.522	6.049.028
Ativo Tangível	6	8.544.544	8.783.785
Ativo Intangível		30.849.515	30.786.788
Ágio	7	27.973.237	27.915.469
Outros Ativos Intangíveis	8	2.876.278	2.871.319
Total do Ativo		950.925.644	931.208.396

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas Explicativas	31/03/2022	Banco 31/12/2021
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	9.a	47.781.738	36.952.567
Derivativos	17	29.159.788	24.172.008
Posições Vendidas	17	18.621.950	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	9.028.264	7.459.784
Outros Passivos Financeiros		9.028.264	7.459.784
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	758.025.826	750.093.694
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		119.191.259	121.005.909
Depósitos de Clientes		461.146.855	468.961.069
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		90.529.609	79.036.792
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		17.874.236	19.641.408
Outros Passivos Financeiros		69.283.867	61.448.516
Derivativos Utilizados como Hedge	17	482.992	446.973
Provisões	10	11.436.050	11.604.482
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		2.436.818	2.728.126
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos. Compromissos e Outras Provisões		8.999.232	8.876.356
Passivos Fiscais		7.594.422	8.175.023
Correntes		5.597.851	5.949.833
Diferidos		1.996.571	2.225.190
Outras Obrigações		10.195.972	10.501.378
Total do Passivo		844.545.264	825.233.901
Patrimônio Líquido	11	109.667.590	109.046.574
Capital Social		55.000.000	55.000.000
Reservas		54.728.589	48.880.561
Ações em Tesouraria		(861.775)	(713.039)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		3.800.776	15.528.052
Menos: dividendos e remuneração		(3.000.000)	(9.649.000)
Outros Resultados Abrangentes		(3.690.632)	(3.406.428)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		105.976.958	105.640.146
Participações Não-Controladoras		403.422	334.349
Total do Patrimônio Líquido		106.380.380	105.974.495
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		950.925.644	931.208.396

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Nota explicativa	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Receitas com juros e similares		26.360.842	16.300.789
Despesas com juros e similares		(12.912.639)	(4.426.949)
Receita Líquida com Juros		13.448.203	11.873.840
Receitas de instrumentos de patrimônio		(200)	1.516
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	22.873	30.568
Receitas de tarifas e comissões		5.101.764	5.171.911
Despesas de tarifas e comissões		(1.457.504)	(1.115.547)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		10.161.807	7.286.616
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		278.923	1.010.732
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		9.681.430	6.483.275
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		56.420	63.611
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(588.838)	(148.078)
Outros		733.872	(122.924)
Variações cambiais (líquidas)		(10.365.951)	(8.799.755)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(3.276)	(233.316)
Total de Receitas		16.907.716	14.215.833
Despesas administrativas		(4.504.456)	(4.195.078)
Despesas com pessoal	13.a	(2.451.501)	(2.204.550)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.052.955)	(1.990.528)
Depreciação e amortização		(604.805)	(673.352)
Ativo tangível	6.a	(459.015)	(528.318)
Ativo intangível	8	(145.790)	(145.034)
Provisões (líquidas)	10	(665.861)	(571.367)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(5.058.526)	(3.573.215)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(5.058.526)	(3.573.215)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(63.578)	(9.191)
Outros ativos intangíveis	8	(11.892)	(1.561)
Outros ativos		(51.686)	(7.630)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(3.175)	30.198
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		59.836	17.713
Resultado Operacional Antes da Tributação		6.067.151	5.241.541
Impostos sobre a renda	12	(2.247.713)	(1.178.574)
Lucro Líquido do Período		3.819.438	4.062.967
Lucro atribuível à Controladora		3.800.776	4.053.516
Lucro atribuível às participações não-controladoras		18.662	9.451

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Lucro Líquido do Período	3.819.438	4.062.967
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(383.887)	(1.407.559)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(351.264)	(1.181.493)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(450.595)	(2.175.307)
Impostos sobre a renda	99.331	993.814
Hedges de fluxo de caixa	(32.623)	(226.066)
Ajuste ao valor justo	(132.242)	(433.885)
Impostos sobre a renda	99.619	207.819
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	99.683	(15.094)
Planos de Benefícios Definidos	99.683	(15.094)
Planos de Benefícios Definidos	221.720	-
Impostos sobre a renda	(122.037)	(15.094)
Total do Resultado Abrangente	3.535.234	2.640.314
Atribuível à controladora	3.516.572	2.630.863
Atribuível às participações não-controladoras	18.662	9.451
Total	3.535.234	2.640.314

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
Nota Explicativa	Outros Resultados Abrangentes												
	Capital Social	Reservas	Ações em Tesouraria	Lucro do Período Atribuído à Controladora	Dividendos e Remuneração	Patrimônio Líquido	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.000.000	40.414.981	(791.358)	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872
Total do resultado abrangente	-	-	-	15.528.052	-	15.528.052	(2.389.705)	266.692	-	(855.335)	12.549.704	31.272	12.580.976
Lucro Líquido Atribuível à Controladora	-	-	-	15.528.052	-	15.528.052	-	-	-	-	15.528.052	31.272	15.559.324
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.389.705)	266.692	-	(855.335)	(2.978.348)	-	(2.978.348)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.389.705)	-	-	-	(2.389.705)	-	(2.389.705)
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	266.692	-	-	266.692	-	266.692
Ganhos e Perdas-Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(855.335)	(855.335)	-	(855.335)
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	-	13.418.529	-	(13.418.529)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão	11.a	(2.000.000)	(1.167.674)	-	-	(3.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	(3.167.674)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(3.837.085)	-	-	3.837.085	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	(9.649.000)	(9.649.000)	-	-	-	-	(9.649.000)	-	(9.649.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	78.319	-	78.319	-	-	-	-	78.319	-	78.319
Outros	-	-	51.810	-	-	51.810	-	-	-	-	51.810	(9.808)	42.001
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.000.000	48.880.561	(713.039)	15.528.052	(9.649.000)	109.046.574	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	105.640.146	334.349	105.974.495
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.000.000	48.880.561	(713.039)	15.528.052	(9.649.000)	109.046.574	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	105.640.146	334.349	105.974.495
Total do resultado abrangente	-	-	-	3.800.776	-	3.800.776	(351.264)	99.683	-	(32.623)	3.516.572	18.662	3.535.234
Lucro Líquido Atribuível à Controladora	-	-	-	3.800.776	-	3.800.776	-	-	-	-	3.800.776	18.662	3.819.438
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(351.264)	99.683	-	(32.623)	(284.204)	-	(284.204)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(351.264)	-	-	-	(351.264)	-	(351.264)
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	99.683	-	-	99.683	-	99.683
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.623)	(32.623)	-	(32.623)
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	-	15.528.052	-	(15.528.052)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(9.649.000)	-	-	9.649.000	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	(148.736)	-	(148.736)	-	-	-	-	(148.736)	-	(148.736)
Outros	-	-	(31.024)	-	-	(31.024)	-	-	-	-	(31.024)	50.411	19.387
Saldos em 31 de março de 2022	55.000.000	54.728.589	(861.775)	3.800.776	(3.000.000)	109.667.590	(398.840)	(2.824.538)	859.370	(1.326.624)	105.976.958	403.422	106.380.380

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido Consolidado do Período		3.819.438	4.062.967
Ajustes ao lucro		4.765.370	34.399.996
Depreciação do ativo tangível	6.a	459.015	528.318
Amortização do ativo intangível	8	145.790	145.034
Perdas com outros ativos (líquidas)		63.578	9.191
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		5.724.387	4.144.582
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(56.661)	(47.911)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5.a	(22.873)	(30.568)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos		688.903	306.791
Atualização de Depósitos Judiciais		(143.874)	(219.447)
Atualização de Impostos a Compensar		(111.388)	(120.220)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		-	6.590
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(1.800.627)	30.477.797
Outros		(180.880)	(800.161)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(30.826.400)	(19.041.688)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		-	(10.719.688)
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(11.352.145)	(22.044.046)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(28.585.332)	(4.827.988)
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		17.586	(17.787)
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		11.350.782	3.399.146
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		1.366.636	9.842.013
Outros ativos		(3.623.927)	7.958.087
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		34.734.063	(2.088.508)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		10.829.171	(264.590)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.568.480	(23.195)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		24.203.799	4.651.227
Outros passivos		(1.867.387)	(9.075.056)
Impostos pagos		(1.120.498)	(956.576)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		11.371.973	16.341.167
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(815.490)	(343.451)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(364.852)	-
Ativo tangível		(372.794)	(281.306)
Ativos não correntes mantidos para venda		(77.844)	(62.145)
Alienação		391.696	881.204
Ativo tangível		117.275	619.122
Ativo intangível		165.116	62.363
Ativos não correntes mantidos para venda		105.386	181.070
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		3.919	18.649
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(423.794)	537.753
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias	11.d	(148.736)	81.588
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		89.828.065	24.043.469
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(2.730.090)	(902.256)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(101.263.684)	(26.614.051)
Aumento em participações não-controladoras		-	259.021
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(14.314.445)	(3.132.229)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		-	(6.590)
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		(3.366.266)	13.740.101
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		32.668.749	28.446.808
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		29.302.483	42.186.909

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o período findo em 31 março de 2022 na reunião realizada em 25 de abril de 2022.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

• **Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro” e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as Demonstrações Financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração foi 1º de janeiro de 2021.

Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR foram revistos entre as partes e atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração verificou que os fluxos de caixa atualizados são economicamente equivalentes aos originais, de tal forma que não houve impactos materiais relacionados a essa substituição.

Assim sendo, as implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de março de 2022

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

• IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

• Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

· Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

· Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

· Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, data-base dessas demonstrações financeiras consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/03/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Recuperação de Créditos Inadimplidos	2.142.011	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	436.441	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	196.979	-	100,00%	100,00%
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	Outras	9.100	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Outras	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	348	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	Outras	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%
Controlada da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.					
Paytec Logística e Armazém Ltda.	Outras	100	-	0,00%	100,00%
Controlada da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	19.140	-	0,00%	60,00%
Toro Investimentos S.A.	Corretora	4.863	-	0,00%	2,15%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda					
Toro Investimentos S.A.	Corretora	217.961	-	0,00%	96,41%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Outras	22.452	-	0,00%	50,00%
---------------------	--------	--------	---	-------	--------

Controlada da Toro Investimentos S.A.

Monetus Investimentos S.A.	Outras	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia LTDA.	Outras	1.122.000	-	0,00%	100,00%

Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia LTDA.

Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Outras	20	-	0,00%	100,00%
----------------------------------	--------	----	---	-------	---------

Controlada da Monetus Investimentos S.A.

Monetus Corretora de Seguros Ltda.	Outras	10	-	0,00%	100,00%
------------------------------------	--------	----	---	-------	---------

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (4); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (5).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (6).
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (7).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021 e é controlado através do Banco Santander Brasil S.A, detém 100% das cotas deste fundo.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto à CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("**CSD BR**") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR. A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

b) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passará a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um *marketplace* colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

c) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcoba") e subsequente incorporação da Fozcoba pela Liderança

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcoba foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

d) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("**Solutions4Fleet**"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passará a deter 80% do capital social da Solution4Fleet ("**Operação**"). A Solution4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

e) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("**Webmotors**"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("**Car10 Tecnologia**") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("**Pag10**") e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, ("**Car10**"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passará a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("**Operação**"). A Car10 atua como um *marketplace* que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e *autocenters*; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

f) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto com a Toro CTVM, ("Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

os clientes da melhor forma. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

g) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

h) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

i) Cisão Parcial e segregação da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

j) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2021, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

k) Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	31/03/2022					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	26.590.115	-	-	-	-	26.590.115
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	93.479.043	93.479.043
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	93.495.755	93.495.755
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(16.712)	(16.712)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	699.825	-	457.914.026	458.613.851
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	699.825	-	487.594.393	488.294.218
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(29.680.367)	(29.680.367)
Instrumentos de dívida	3.620.872	61.297.199	-	89.455.650	71.769.115	226.142.836
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.620.872	61.297.199	-	89.455.650	72.925.368	227.299.089
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.156.253)	(1.156.253)
Instrumentos de patrimônio	-	2.889.688	152.751	30.697	-	3.073.136
Derivativos	-	30.604.135	-	-	-	30.604.135
Total	30.210.987	94.791.022	852.576	89.486.347	623.162.184	838.503.116

	31/12/2021					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	15.736.825	-	-	-	-	15.736.825
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	95.664.754	95.664.754
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	95.686.579	95.686.579
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(21.825)	(21.825)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	392.455	-	464.451.587	464.844.042
Sendo:						

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	392.455	-	492.962.247	493.354.702
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(28.510.660)	(28.510.660)
Instrumentos de dívida	3.122.017	47.752.595	-	101.212.600	73.125.011	225.212.223
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.122.017	47.752.595	-	101.212.600	74.315.903	226.403.115
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.190.892)	(1.190.892)
Instrumentos de patrimônio	-	2.020.610	477.707	29.187	-	2.527.504
Derivativos	-	20.797.460	-	-	-	20.797.460
Total	18.858.842	70.570.665	870.162	101.241.787	633.241.352	824.782.808

(1) Em 31 de março de 2022, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 38.436 (31/12/2021 - R\$40.790) e R\$ 38.236 (31/12/2021 - R\$40.511) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos"

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2022, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes" nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldo no início do período	29.723.376	26.365.268
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	5.742.305	3.802.081
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(4.612.349)	(3.867.365)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	30.853.332	26.299.984
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	814.385	774.871
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	31.667.717	27.074.855
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	242.671	228.866
Desconto Concedido	(441.108)	-

Considerando os valores reconhecidos em "Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$ 5.058.526 e R\$ \$3.573.215 nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldo no início do período	26.923.312	22.985.983
Adições líquidas	6.927.657	3.338.275
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(4.144.712)	(3.173.465)
Saldo no final do período	29.706.256	23.150.793

d) Provisões para compromissos contingentes

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o período de três meses findo em 31 de março de 2022 e de 2021.

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldo no início do período	908.027	724.780
Constituição (Reversão) de provisão para compromissos contingentes	(93.642)	50.091
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	814.385	774.871

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			31/03/2022	31/12/2021
Controle Conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	19,45%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
CIP S.A.(6)	Outras Atividades	Brasil	17,87%	0,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%

	31/03/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.738.986	12.717.434	14.896	12.488.103	12.473.458	95.420
Banco RCI Brasil S.A.	11.382.757	11.351.166	31.591	11.147.493	11.080.238	157.462
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.339	11.476	41	11.339	11.476	(136)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Gestora de Inteligência de Crédito	1.199.953	1.214.459	(21.341)	1.173.234	1.237.937	(74.136)
Santander Auto S.A.	144.938	140.333	4.605	156.037	143.807	12.230
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.926.441	2.905.039	21.402	3.055.130	2.824.094	231.036
Webmotors S.A.	359.628	346.080	13.548	342.195	276.743	65.452
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.561.118	2.553.412	7.706	2.707.571	2.542.515	165.056
Hyundai Corretora de Seguros	3.393	3.433	(40)	3.353	2.921	431
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.302	2.114	187	2.011	1.915	96
Controladas da Aymoré CFI	-	-	-	14.871	17.548	(2.677)
Solutions 4 Fleet	-	-	-	14.871	17.548	(2.677)
Total	15.665.427	15.622.473	36.298	15.558.104	15.315.100	323.778

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/03/2022 a posição de 28/02/2022.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.
- (6) Em Março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova CIP S.A, com fins lucrativos.

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2022	31/12/2021	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Controle conjunto do Banco Santander	1.000.248	628.040	10.089	7.426
Banco RCI Brasil S.A.	601.729	591.745	12.602	10.942
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.260	1.257	4	-
Gestora de Inteligência de Crédito	17.735	13.522	(4.151)	(4.148)
Campo Grande Empreendimentos	-	255	-	-
Santander Auto S.A.	22.780	21.261	1.634	632
CIP S.A	356.744	-	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	597.734	593.002	12.784	23.142
Webmotors S.A.	368.576	359.092	9.484	5.497
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	227.284	232.109	3.226	17.696
Hyundai Corretora de Seguros	1.240	1.260	(20)	76
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	634	541	94	(127)
Controladas da Aymoré CFI	-	11.604	-	-
Solutions 4 Fleet.	-	11.604	-	-
Total	1.597.982	1.232.646	22.873	30.568

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021:

	01/01 a 31/03/2022		01/01 a 31/03/2021	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.232.646	-	1.094.985	-
Mudança de escopo de consolidação	(11.604)	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.734)	-	30.224	-
Baixas	(255)	-	(28)	-
Resultados equivalência patrimonial	22.873	-	30.568	-
Dividendos propostos/recebidos	(8.051)	-	(8.259)	-
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	8.362	356.745	-	-
Saldo no final do exercício	1.241.237	356.745	1.147.491	-
Total dos Investimentos		1.597.982		1.147.491

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2022 e 2021.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785
Adições	32	51.667	177.212	143.883	-	372.794
Baixas	(9.287)	(48.469)	(36.668)	(22.851)	-	(117.275)
Depreciações do período	(23.009)	(78.441)	(213.372)	(144.193)	-	(459.015)
Impairment / Reversão no período	-	-	-	-	-	-
Transferências	12	(202)	(35.555)	-	-	(35.745)
SalDOS em 31 de março de 2022	1.771.504	1.614.739	2.874.178	2.296.263	(12.140)	8.544.544
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198	(12.140)	9.537.111
Adições	-	-	179.271	102.035	-	281.306
Baixas	(1.005)	(518.068)	(52.039)	(48.010)	-	(619.122)
Depreciações do período	(28.800)	(147.057)	(207.271)	(145.190)	-	(528.318)
Impairment / Reversão no período	566	-	29.685	-	396	30.647
Transferências	(95)	34.613	(41.828)	-	1	(7.309)
SalDOS em 31 de março de 2021	1.858.943	907.590	3.579.492	2.360.033	(11.743)	8.694.315

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de março de 2022 não houve reconhecimento de uma despesa de impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2022, o Banco possui R\$ 56.102 em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2021 – R\$58.413)

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.2.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2021. Ao longo do primeiro trimestre de 2022, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	31/03/2022	31/03/2021
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	273.303	305.937
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	236.626	237.663
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.613	32.613
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	11.336	11.336
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
APE11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	23.586	-
Monetus Investimentos S.A.	24.850	-
Mobilis Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	43.003	-
Total	27.973.237	27.915.469

	Banco Comercial 31/12/2021
Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4.8%
Taxa de desconto (2)	12.3%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2021 foi de 18,77%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do período de 2021. O ágio é testado para fins de impairment ao final de cada exercício ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável. No período findo em 31 de março de 2022, não houve evidências de impairment que levassem à necessidade de atualização do teste efetuado em 2021 antes de sua realização regular.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2021 a 31/03/2022			31/12/2020 a 31/03/2021		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	2.723.667	147.652	2.871.319	2.367.388	38.973	2.406.361
Adições	207.729	15.039	222.768	471.939	9.794	481.733
Baixas	(388.532)	648	(387.884)	(536.238)	(7.858)	(544.096)
Transferências	325.252	2.505	327.757	(4.727)	(795)	(5.522)
Amortizações no período	(139.683)	(6.107)	(145.790)	(143.379)	(1.655)	(145.034)
Impairment no período (1)	(10.792)	(1.100)	(11.892)	-	-	-
Saldo final	2.717.642	158.636	2.876.278	2.154.983	38.459	2.193.442
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2022 e 2021, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas de amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

				31/03/2022
	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Total
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	119.191.259	119.191.259
Depósitos de clientes	-	-	461.146.855	461.146.855
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	90.529.609	90.529.609
Derivativos	29.159.788	-	-	29.159.788
Posições vendidas	18.621.950	-	-	18.621.950
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	17.874.236	17.874.236
Outros passivos financeiros	-	9.028.264	69.283.867	78.312.131
Total	47.781.738	9.028.264	758.025.826	814.835.828

				31/12/2021
	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Total
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	121.005.909	121.005.909
Depósitos de clientes	-	-	468.961.069	468.961.069
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	79.036.792	79.036.792
Derivativos	24.172.008	-	-	24.172.008
Posições vendidas	12.780.559	-	-	12.780.559
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	19.641.408	19.641.408
Outros passivos financeiros	-	7.459.784	61.448.516	68.908.300
Total	36.952.567	7.459.784	750.093.694	794.506.045

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos à vista (1)	30.518	126.203
Depósitos a prazo (2)	93.318.231	75.754.363
Operações compromissadas	25.842.510	45.125.343
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	12.579.338	13.478.131
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	13.263.171	31.647.212
Total	119.191.259	121.005.909

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	98.767.868	106.991.160
Contas correntes (1)	36.986.163	41.742.247
Cadernetas de poupança	61.781.705	65.248.913
Depósitos a prazo	258.333.542	280.955.456
Operações compromissadas	104.045.445	81.014.453
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	4.638.559	20.103.099
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	99.406.886	60.911.354
Total	461.146.855	468.961.069

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2022	31/12/2021
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	28.630.839	21.459.182
Eurobonds	14.297.099	12.952.068
Letras financeiras (2)	28.128.478	25.074.264
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	16.606.592	16.989.434
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	2.866.601	2.561.845
Total	90.529.609	79.036.792

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028 (31/12/2021 – com prazo de vencimento entre 2022 e 2028).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2031 (31/12/2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2031).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025 (31/12/2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 31 de março de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldo no início do período	79.036.792	56.875.514
Emissões	89.828.065	24.043.469
Pagamentos	(101.263.684)	(26.614.049)
Juros	7.536.849	469.255
Variação cambial e outros	15.391.587	1.031.960
Saldo no final do período	90.529.609	55.806.147

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/03/2022 Total	31/12/2021 Total
Eurobonds	2018	2025	USD	4,4%	98.933	117.150
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	98.367	771.300
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	190.103	225.533
Eurobonds	2019	2026	USD	4,4%	75.923	75.716
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	648.237	632.831
Eurobonds	2020	2022	USD	4,4%	-	306.253
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	384.195	455.666
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	39.605	46.655
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	767.195	2.005.534
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	41.686	41.749
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%	173.493	205.624
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	136.449	181.116
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	181.016	408.824
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%	133.606	157.370
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	204.671	5.316
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%	57.303	246.192
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%	71.067	593.036
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	2.737.455	3.890.578
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%	592.753	210.639
Eurobonds	2021	2027	USD	0% a 4,4%	-	101.029
Eurobonds	2021	2028	USD	Até 9%	-	30.126
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+6,4%	-	26.018
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.217.707	2.217.811
Eurobonds	2022	2022	USD	0% a 4,4%	2.715.848	-
Eurobonds	2022	2022	USD	Até 9%	80.566	-
Eurobonds	2022	2022	USD	CDI+1,9%	259.311	-
Eurobonds	2022	2023	USD	0% a 4,4%	695.955	-
Eurobonds	2022	2023	USD	Até 9%	8.718	-
Eurobonds	2022	2024	USD	0% a 4,4%	977.332	-
Eurobonds	2022	2024	USD	CDI+1,9%	398.630	-
Eurobonds	2022	2025	USD	0% a 4,4%	310.976	-
Total					14.297.099	12.952.068

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2022	31/12/2021
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	6.092.802	7.050.080
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	6.066.338	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	Nov-21	nov-31	R\$ 5.300	CDI+2%	5.500.100	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	Dec-21	dez-31	R\$ 200	CDI+2%	214.996	201.755
Total					17.874.236	19.641.408

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldos no início do período	19.641.408	13.119.660
Juros Nível I (1)	104.527	125.712
Juros Nível II (1)	88.662	106.631
Variação Cambial	(1.983.798)	1.269.608
Saldo no final do período	17.874.236	14.621.611

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.436.818	2.728.126
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.999.232	8.876.356
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	7.897.923	7.668.914
Sendo:		
Cíveis	3.319.333	3.231.004
Trabalhistas	2.053.938	2.071.811
Fiscais e Previdenciárias	2.524.652	2.366.099
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	814.385	908.027
Provisões diversas	286.428	298.919
Total	11.436.050	11.604.482

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$ 4.125.214 (31/12/2021 - R\$ 4.075.496): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 959.178 (31/12/2021 - R\$945.715): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

• **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$ 132.554 (31/12/2021 - R\$53.936) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$ 292.945 (31/12/2021 - R\$283.528): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços (Nota 10.b.4 – Risco de Perda Possível).

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão de Embargos de Declaração, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve ser seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

determinou que a execução fosse feita individualmente no foro corresponde de cada representado e a AFABESP interpôs recurso, que foi julgado improcedente (negado provimento).

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença.

Em 31 de março de 2022, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

- **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão, por dois anos da homologação do acordo.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 29.768.652, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 7.435.889.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2022, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 4.346.851.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 5.393.303.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de março de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.482.597.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2022, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$ 1.327.535.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2022, o valor era de R\$ 1.105.322.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de março de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 667.127.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 501.293.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 189.350, excluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado tendo em vista que não há lista de representados devidamente

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

homologada nos autos.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 2.419.602, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou nova liquidação de sentença

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza civil, nos montantes de R\$ 496 (31/12/2021 - R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2022			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2021
De Domiciliados no País	97.662	123.228	220.890	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.721.033	3.556.608	7.277.641	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.580)	(19.580)	(39.160)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em Circulação	3.799.115	3.660.256	7.459.371	3.802.940	3.664.081	7.467.021

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		31/03/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(2)	1.300.000	165,9531	182,5484	348,5016	165,9531	182,5484	348,5016
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.700.000	217,0156	238,7172	455,7329	184,4633	202,9096	387,3730
Total	3.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

		31/12/2021					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,0449	477,4494	911,4944	368,9382	405,8320	774,7702
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,7868	34,9655	66,7524	27,0188	29,7207	56,7395
Total	9.649.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, que serão pagos a partir do dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	31/03/2022	31/12/2021
	Quantidade	Quantidade
	Unidades	Unidades
Ações em Tesouraria no Início do Período	15.755	18.829
Aquisições de Ações	8.393	91
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.568)	(3.165)
Ações em Tesouraria no Final do Período	19.580	15.755
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	860.004	711.268
Custos de Emissão em Milhares de Reais	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	861.775	713.039
Custo/Cotação da Ação	Unidades	Unidades
Custo Mínimo (*)	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	34,11	33,86
Custo Máximo (*)	49,55	49,55
Cotação da Ação	36,88	29,98

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Resultado Operacional antes da tributação	6.067.151	5.241.541
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(2.730.218)	(2.358.693)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(654.752)	(280.051)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	11.436	32.447
Ágio	(29.192)	(461.771)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	533.300	836.735
Juros sobre o capital próprio	542.166	5.490
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	222.836	(457.210)
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	31.973	276.034
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	105.528	108.091
Outros ajustes	(280.790)	1.120.354
Impostos sobre a renda	(2.247.713)	(1.178.574)
Sendo:		
Impostos correntes	(1.793.817)	(1.263.826)
Impostos diferidos	(453.897)	85.252

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 20%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo. Essas agências são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacional para o fornecimento de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. A partir de janeiro de 2021 a Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, passou a tributar/ deduzir, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior para fins de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda (IRPJ) e a partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

Para fins de pis e cofins a variação cambial do investimento no exterior não é tributável ou dedutível, e por isso para que não haja volatilidade no resultado líquido são efetuados derivativos a fim de proteger o efeito após impostos,

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021.

Em R\$ Milhões	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(6.178)	5.015
Perdas com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	6.480	(7.409)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	(302)	345
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	-	2.050

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Remuneração direta	1.588.376	1.435.974
Encargos	336.974	310.977
Benefícios	383.263	336.354
Planos de pensão de benefício definido	1.033	2.220
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	49.864	58.127
Remuneração baseada em ações	9.232	(9.601)
Treinamento	13.939	10.578
Outras despesas de pessoal	68.820	59.921
Total	2.451.501	2.204.550

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Imóveis, instalações e materiais	244.522	185.311
Tecnologia e sistemas	637.803	631.210
Publicidade	115.879	113.086
Comunicações	95.138	93.965
Ajudas de custo e despesas de viagem	21.371	14.472
Tributos exceto imposto sobre a renda	29.714	67.188
Serviços de vigilância e transporte de valores	139.799	148.462
Prêmios de seguros	3.770	4.523
Serviços técnicos especializados	541.145	520.661
Outras despesas administrativas	223.814	211.649
Total	2.052.955	1.990.527

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa		Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Locais	Ações do Santander (Brasil)		01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	40.403 (*)	R\$ 4.916.667(***)
			01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 3.668.000 (*)	R\$ -
			01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ 1.656.667 (*)	R\$ 9.440.000
			01/2021 a 06/2024	2024	R\$ 13.520.000 (*)	R\$ -
			01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.834.000 (*)	R\$ -
			07/2019 a 06/2022	2022	100.766 SANB11	109.677
			09/2020 a 09/2022	2022	291.302 SANB11	450.738
			01/2020 a 09/2023	2023	174.941 SANB11	281.031
			01/2021 a 12/2022	2023	177.252 SANB11	-
			01/2021 a 12/2023	2024	348.615 SANB11	-
			01/2021 a 01/2024	2024	18.797 SANB11	-
		Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha		01/2020 a 12/2022	2023
	01/2020 a 12/2022			2023, com limite para exercício das opções até 2030	1.618.445 Opções s/ SAN (**)	1.664.983
	01/2021 a 12/2023			02/2024	135.632 SAN (**)	-
	01/2021 a 12/2023			02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	404.630 Opções s/ SAN (**)	-
Saldo dos Planos em 31 de março de 2022					R\$ 20.678.667 (*)	R\$ 14.356.667
					1.152.076 SANB11	841.446
					445.208 SAN	318.478
					2.023.075 Opções s/ SAN	1.664.983

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(***) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 83,11%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em Março/2023.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/03/2022	Consolidado 01/01 a 31/03/2021
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	6.721	4.846
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	799	952

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			01/01 a 31/03/2022	Consolidado 01/01 a 31/03/2021
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação		
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	3.830	14.212
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	7.846	2.789

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2022			01/01 a 31/03/2021		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	12.364.657	1.083.546	13.448.203	11.135.184	738.656	11.873.840
Receitas de instrumentos de patrimônio	(232)	32	(200)	1.517	(1)	1.516
Resultado de equivalência patrimonial	14.934	7.939	22.873	22.573	7.995	30.568
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.105.360	538.900	3.644.260	3.519.128	537.236	4.056.364
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(715.036)	510.892	(204.144)	(2.410.902)	897.763	(1.513.139)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.015	(20.291)	(3.276)	(199.335)	(33.981)	(233.316)
TOTAL DE RECEITAS	14.786.698	2.121.018	16.907.716	12.068.164	2.147.669	14.215.833
Despesas com pessoal	(2.265.704)	(185.797)	(2.451.501)	(2.024.319)	(180.231)	(2.204.550)
Outras despesas administrativas	(1.915.410)	(137.545)	(2.052.955)	(1.842.235)	(148.293)	(1.990.528)
Depreciação e amortização	(580.662)	(24.143)	(604.805)	(651.026)	(22.326)	(673.352)
Provisões (líquidas)	(666.523)	662	(665.861)	(575.454)	4.087	(571.367)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(5.086.552)	28.026	(5.058.526)	(3.772.073)	198.858	(3.573.215)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(54.373)	(9.205)	(63.578)	(9.135)	(56)	(9.191)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	56.661	-	56.661	47.911	-	47.911
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	4.274.134	1.793.017	6.067.151	3.241.833	1.999.708	5.241.541
Hedge Cambial (1)	(301.898)	-	(301.898)	2.394.257	-	2.394.257
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	3.972.236	1.793.017	5.765.253	5.636.090	1.999.708	7.635.798

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

	31/03/2022			31/12/2021		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	861.949.374	88.976.270	950.925.644	838.267.118	92.941.277	931.208.396
Empréstimos e adiantamentos a clientes	393.174.569	65.439.282	458.613.851	394.086.048	70.757.994	464.844.042
Depósitos de clientes	336.210.489	124.936.366	461.146.855	344.180.608	124.780.461	468.961.069

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550 abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 29 de abril de 2022.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Remuneração Fixa	26.832	22.583
Remuneração variável - Em espécie	65.760	44.715
Remuneração variável - Em ações	55.762	45.991
Outras	11.616	12.433
Total Benefícios de Curto Prazo	159.970	125.723
Remuneração variável - Em espécie	73.041	62.933
Remuneração variável - Em ações	74.546	65.111
Total Benefícios de Longo Prazo	147.587	128.044
Total	307.557	253.767

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 7.674 (31/03/2021 - R\$8.006).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;

(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;

(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Em Milhares de Ações 31/03/2022						
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)		Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	5.639	0,2%	5.744	0,2%	11.383	0,2%
Outros	353.306	9,3%	381.006	10,4%	734.312	9,8%
Total em Circulação	3.799.115	99,5%	3.660.257	99,5%	7.459.372	99,5%
Ações em Tesouraria	19.580	0,5%	19.580	0,5%	39.160	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.837	100,0%	7.498.532	100,0%
"Free Float" (2)	353.306	9,3%	381.006	10,4%	734.312	9,8%

Em Milhares de Ações 31/12/2021						
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)		Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.374	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	31/03/2022			31/12/2021		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	14.584.425	3.347	21.280.867	895.492	3.347	32.135.748
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	3.052.094	-	(1.534.086)	(3.043.904)	-	(73.209)
Banco Santander, S.A. - Espanha	3.052.094	-	-	(3.043.904)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(205.419)	-	-	241.716
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado (2)	-	-	(2.222.749)	-	-	(1.241.109)
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	901.928	-	-	955.737
FIDC Venda de Veículos	-	-	(7.846)	-	-	(29.553)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	11.332.033	850	19.828.159	3.930.078	850	27.590.541
Banco Santander, S.A. - Espanha (3)	11.332.033	-	-	3.930.078	-	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	-	48	-	-	48
Santander Bank, National Association	-	-	-	-	-	8.538.165
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	-	-	-	950
Santander Bank Polska S.A. (2)	-	-	-	-	-	99
Santander UK plc	-	-	-	-	-	171.920
Banco Santander, S.A. - México (2)	-	-	-	-	-	21.123
Banco RCI Brasil S.A.	-	850	-	-	850	-
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	-	-	3	-	-	3
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122	-	-	-
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23	-	-	-
TECBAN	-	-	8.051	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192	-	-	192
Getnet S.A.	-	-	19.819.720	-	-	18.858.041
Empréstimos e adiantamentos a clientes	111	-	2.727.562	109	-	3.570.635
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	855.243	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (4)	-	-	84.768	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	111	-	-	109	-	-
Santander Tecnología México, S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	-	23

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.						
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	169	-	-	169
Webmotors S.A.	-	-	21.763	-	-	21.763
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	69.527	-	-	67.511
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	9.499	-	-	9.861
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	-	-	191
Getnet S.A.	-	-	1.663.374	-	-	3.450.923
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	-	-	38	-	-	38
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	23.181	-	-	20.034
Outros ativos	200.187	2.497	259.730	9.209	2.497	1.048.039
Banco Santander, S.A. - Espanha	200.187	-	-	9.209	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.497	-	-	2.497	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	91.431	-	-	965.926
Getnet S.A.	-	-	15	-	-	15
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	168.045	-	-	-
Outros	-	-	239	-	-	82.098
Garantias e Limites	-	-	(498)	-	-	(258)
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	(498)	-	-	(258)
Passivo	(22.055.802)	(63.599)	(9.341.755)	(25.832.894)	(63.599)	(9.602.791)
Depósitos de instituições de crédito	(10.918.140)	(63.599)	(8.027.442)	(11.178.490)	(63.599)	(7.802.709)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(10.918.140)	-	-	(11.178.490)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(63.599)	-	-	(63.599)	-
Banco Santander (Suisse), S.A.	-	-	(955.847)	-	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.(2)	-	-	(645.676)	-	-	(722.222)
Getnet S.A.	-	-	(6.423.094)	-	-	(7.079.955)
Outros	-	-	(2.825)	-	-	(532)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(172.694)	-	-	(128.593)
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	(172.694)	-	-	(128.593)
Depósitos de clientes	1.072.084	-	(403.555)	-	-	(828.107)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	-	-	-	(63.864)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	-	(50.030)	-	-	(44.141)
Webmotors S.A.	-	-	(2.950)	-	-	(3.744)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(825)	-	-	(562)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(53.699)	-	-	(36.097)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(7.713)	-	-	(21.725)
Banco Santander, S.A.	1.072.084	-	-	-	-	-
Banco Santander (México), S.A.	-	-	2.761	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	6.997	-	-	-
Santander UK plc	-	-	74.409	-	-	-
Getnet S.A.	-	-	(57.327)	-	-	(372.151)
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	(36.393)	-	-	(28.672)
Outros	-	-	(278.785)	-	-	(257.151)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	(564.786)	-	-

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.						
Banco Santander, S.A. - Espanha	-	-	-	(73)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	-	-	-	(464.295)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	-	-	-	(100.418)	-	-
Outras obrigações	(50.606)	-	(738.064)	(1.011)	-	(843.382)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(50.606)	-	-	(1.011)	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(9.497)	-	-	(12.286)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	(30.788)	-	-	(28.801)
Getnet S.A.	-	-	(121.023)	-	-	(123.863)
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	(530.058)	-	-	(664.264)
Outros	-	-	(46.698)	-	-	(14.168)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.159.140)	-	-	(14.088.607)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(12.159.140)	-	-	(14.088.607)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1.a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 31 de março de 2022, refere-se a disponibilidades no valor de R\$ 1.072.084 (31/12/2021 - R\$1.476.611).

(4) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(5) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

	01/01 a 31/03/2022			01/01 a 31/03/2021		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	4.046.261	37.036	45.126	4.167.871	44.541	349.246
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	934	-	589	1.129	36.515	16.340
Banco Santander, S.A. - Espanha	934	-	-	1.129	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	-	-	-	36.515	-
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	15.806
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	589	-	-	534
Garantias e Limites	-	-	8	-	-	19
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	8	-	-	19
Despesas com juros e similares	(16.616)	-	(436.675)	(13.833)	(1.343)	(4.663)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(1.154)	-	-	(2)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(924)	-	-	(339)
Webmotors S.A.	-	-	(117)	-	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(16.616)	-	-	(13.833)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	-	-	-	(1.343)	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	-	-	-	(3.012)
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado (1)	-	-	(54.780)	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(3.316)	-	-	-
Getnet S.A.	-	-	(8.772)	-	-	-

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.					
Banco Santander (Suisse), S.A	-	-	(23.436)	-	-
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	(312.039)	-	(30)
Outros	-	-	(32.137)	-	(1.279)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	37.036	738.543	-	9.369
Banco RCI Brasil S.A.	-	37.036	-	-	9.369
Banco Santander International	-	-	9.116	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	21.237	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	657.021	-	-
Getnet S.A.	-	-	49.183	-	-
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	109	-	-
Outros	-	-	1.877	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	4.330.956	-	(128.727)	4.465.595	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	4.330.956	-	-	4.465.595	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado (1)	-	-	108.583	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(6.091)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(37.025)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	75.015	-	-
Getnet S.A.	-	-	(297.669)	-	-
Outros	-	-	28.313	-	-
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	147	-	-
Despesas administrativas e amortização	(50.606)	-	(133.803)	(55.949)	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(50.606)	-	-	(55.949)	-
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(7.540)	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(11.527)	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(109.015)	-	-
Getnet S.A.	-	-	(837)	-	-
Pessoal Chave da Administração (2)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(4.884)	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(218.407)	-	-	(229.071)	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(218.407)	-	-	(229.071)	-
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	5.191	-	-
Fundação Santander	-	-	311	-	-
Instituto Escola Brasil	-	-	800	-	-
Fundação Sudameris	-	-	4.080	-	-

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no semestre findo em 31 de março de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/03/2022 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	820.011	26.758.603	2.632.373	30.210.987
Instrumentos de dívida	820.011	168.488	2.632.373	3.620.872
Derivativos	-	-	-	-
Reservas no Banco Central do Brasil	-	26.590.115	-	26.590.115
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	62.647.590	31.470.582	672.850	94.791.022
Instrumentos de dívida	59.797.926	1.130.388	368.885	61.297.199
Instrumentos de patrimônio	2.849.664	31.985	8.039	2.889.688
Derivativos	-	30.308.209	295.926	30.604.135

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados
Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado

	-	533.620	318.956	852.576
Instrumentos de patrimônio	-	152.751	-	152.751
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	380.869	318.956	699.825

Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes

	87.069.260	1.593.085	824.002	89.486.347
Instrumentos de dívida	87.068.191	1.585.861	801.598	89.455.650
Instrumentos de patrimônio	1.069	7.224	22.404	30.697

Derivativos utilizados como hedge (ativos)

	-	109.035	-	109.035
--	---	---------	---	---------

Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	-	47.561.105	220.633	47.781.738
Derivativos	-	28.939.155	220.633	29.159.788
Posições vendidas	-	18.621.950	-	18.621.950

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	-	9.028.264	-	9.028.264
Outros Passivos Financeiros	-	9.028.264	-	9.028.264

Derivativos utilizados como hedge (passivos)

	-	482.992	-	482.992
--	---	---------	---	---------

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2021 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	601.204	15.736.825	2.520.813	18.858.842
Instrumentos de dívida	601.204	-	2.520.813	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil	-	15.736.825	-	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.462.429	20.608.008	500.228	70.570.665
Instrumentos de dívida	47.582.871	19.329	150.395	47.752.595
Instrumentos de patrimônio	1.879.558	85.029	56.023	2.020.610
Derivativos	-	20.503.650	293.810	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	420.898	449.264	870.162
Instrumentos de patrimônio	-	98.921	378.786	477.707
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	321.977	70.478	392.455
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	98.977.403	1.662.779	601.605	101.241.787
Instrumentos de dívida	98.975.973	1.649.925	586.702	101.212.600
Instrumentos de patrimônio	1.430	12.854	14.903	29.187
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	342.463	-	342.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	36.484.135	468.432	36.952.567
Derivativos	-	23.703.576	468.432	24.172.008
Posições vendidas	-	12.780.559	-	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.459.784	-	7.459.784
Outros Passivos Financeiros	-	7.459.784	-	7.459.784
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	446.973	-	446.973

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2022 e de 2021 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/03/2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.520.813	111.560	-	-	2.632.373
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	462.156	221.011	(10.317)	-	672.850

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos Financeiros não Destinados a Negociação					
Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	449.264	(31.025)	(99.283)	-	318.956
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.604	222.398	-	-	824.002
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	433.583	(81.537)	(150.747)	19.334	220.633

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/03/2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.956.882	139.786	-	(266.541)	2.830.127
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	817.548	193.070	(27.670)	(22.150)	960.798
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação					
Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	282.151	20.889	63.673	35.760	402.473
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	11.890	7.601	(10.627)	1.305.885
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	753.121	207.117	(62.871)	14.909	912.276

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

					31/03/2022
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	26.590.115	26.590.115	26.590.115	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	93.479.043	93.479.043	-	70.908.865	22.570.178
Empréstimos e adiantamentos a clientes	457.914.026	452.935.894	-	-	452.935.894
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	71.769.115	72.184.933	26.346.080	9.723.830	36.115.023
Total	649.752.299	645.189.985	52.936.195	80.632.695	511.621.095

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2021
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	16.657.201	16.657.201	16.657.201	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	95.664.754	95.664.754	-	73.308.279	22.356.475
Empréstimos e adiantamentos a clientes	464.451.587	460.525.749	-	6.044.808	454.480.941
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	73.125.011	74.074.095	28.472.612	12.124.154	33.477.329
Total	649.898.553	646.921.799	45.129.813	91.477.241	510.314.745

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2022
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	119.191.259	119.191.259	-	83.579.814	35.611.445
Depósitos de clientes	461.146.855	460.861.533	-	1.099.851	459.761.682
Obrigações por títulos e valores mobiliários	90.529.609	89.426.540	-	-	89.426.540
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	17.874.236	17.874.236	-	-	17.874.236
Outros passivos financeiros	69.283.867	69.283.867	-	-	69.283.867
Total	758.025.826	756.637.435	-	84.679.665	671.957.770

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2021
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	121.005.909	121.005.909	-	26.200.162	94.805.747
Depósitos de clientes	468.961.069	468.960.950	-	60.911.279	408.049.671
Obrigações por títulos e valores mobiliários	79.036.792	79.035.644	-	-	79.035.644
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	61.448.516	61.448.516	-	-	61.448.516
Total	750.093.694	750.092.427	-	87.111.441	662.980.986

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.ii.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	8.121.218	11.880.459	7.641.355	8.538.705
Prêmios de Opções a Exercer	1.262.809	2.073.454	1.385.889	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	21.220.108	15.205.875	12.112.679	13.824.032
Total	30.604.135	29.159.788	21.139.923	24.618.981

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2022			31/12/2021		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	863.882.800	(10.616.032)	(3.759.241)	837.762.020	(1.804.744)	(897.350)
Ativo	426.633.384	14.171.961	8.121.218	418.137.448	13.162.674	7.641.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	91.837.687	5.480.150	4.514.288	66.837.268	318.541	(778.177)
Taxa de Juros Pré - Reais	102.767.702	4.479.755	3.423.309	231.741.021	9.269.271	6.412.471
Indexados em Índices de Preços e Juros	-	-	-	2.089.110	-	(234.488)
Moeda Estrangeira	232.027.995	4.212.055	183.622	91.837.446	799.550	2.003.728
Outros	-	-	-	25.632.603	2.775.313	237.822
Passivo	437.249.416	(24.787.993)	(11.880.459)	419.624.571	(14.967.418)	(8.538.705)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	94.167.631	(7.810.095)	(3.816.814)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores			
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Taxa de Juros Pré - Reais				106.936.891	(8.648.945)	(6.273.772)	48.874.762
Indexados em Índices de Preços e Juros				-	-	-	22.827.336
Moeda Estrangeira				236.144.893	(8.328.953)	(1.789.873)	887.129
Outros				-	-	-	25.632.461
Opções				1.182.186.279	(682.820)	(810.645)	1.130.172.099
Compromissos de Compra				589.813.693	964.916	1.262.809	564.829.758
Opções de Compra Moeda Estrangeira				79.673.871	150.893	599.256	9.898.179
Opções de Venda Moeda Estrangeira				510.139.822	814.023	663.552	4.094.316
Opções de Compra Outras				-	-	-	31.248.540
Mercado Interfinanceiro				-	-	-	28.499.055
Outras (2)				-	-	-	2.749.485
Opções de Venda Outras				-	-	-	519.588.723
Mercado Interfinanceiro				-	-	-	519.588.723
Compromissos de Venda				592.372.586	(1.647.736)	(2.073.454)	565.342.341
Opções de Compra Moeda Estrangeira				75.322.602	(769.209)	(941.403)	4.111.016
Opções de Venda Moeda Estrangeira				517.049.985	(878.527)	(1.132.051)	4.017.161
Opções de Compra Outras				-	-	-	33.383.234
Mercado Interfinanceiro				-	-	-	31.730.928
Outras (2)				-	-	-	1.652.305
Opções de Venda Outras				-	-	-	523.830.930
Mercado Interfinanceiro				-	-	-	523.830.930
Contratos de Futuros				421.621.524	-	-	287.984.278
Posição Comprada				238.440.368	-	-	148.237.279
Cupom Cambial (DDI)				-	-	-	85.931.389
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				-	-	-	28.491.764
Moeda Estrangeira				238.440.368	-	-	33.797.350
Índice (3)				-	-	-	16.776
Posição Vendida				183.181.156	-	-	139.746.999
Cupom Cambial (DDI)				-	-	-	60.606.204
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				-	-	-	53.267.620
Moeda Estrangeira				183.181.156	-	-	25.678.296
Índice (3)				-	-	-	194.879
Contratos a Termo e Outros				327.102.726	(1.345.871)	6.014.233	167.611.313
Compromissos de Compra				171.501.386	2.812.819	21.220.108	93.097.212
Moedas				158.525.039	1.329.348	16.603.605	83.752.185
Outros				12.976.347	1.483.471	4.616.503	9.345.027
Compromissos de Venda				155.601.340	(4.158.690)	(15.205.875)	74.514.101
Moedas				149.481.852	(3.458.632)	(12.079.021)	71.611.500
Outros				6.119.487	(700.058)	(3.126.854)	2.902.602

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

					Contraparte		Abertura por Vencimento		Valor Referencial	
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022		Mercado de Negociação	
									31/03/2022	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	384.169.215	-	42.464.169	426.633.384	418.137.448	29.949.627	110.975.100	285.708.658	92.396.562	334.236.822
Opções	1.182.186.280	-	-	1.182.186.280	1.130.172.099	86.929.469	462.288.032	632.968.779	1.128.293.185	53.893.094
Contratos de Futuros	421.621.524	-	-	421.621.524	287.984.278	76.892.621	74.074.236	270.654.667	421.621.524	-
Contratos a Termo e Outros	157.351.948	-	169.750.777	327.102.725	167.611.313	77.533.488	73.564.617	176.004.621	7.505.970	319.596.756

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(1) Inclui valores negociados na B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis a alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com primeiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

	31/03/2022		31/12/2021	
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Fair Value Hedge</i>				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(7.861)	-	3.756.394	-
Trade Finance Off	37.339	-	728	-
Total	29.478	-	3.757.122	-
<i>Cash Flow Hedge</i>				
Eurobonds	-	-	-	-
Trade Finance Off	34.729	-	(236.630)	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

CDB	361.340	-	402.779	
Títulos Públicos (LFT)	(4.690.831)	-	(982.648)	-
Total	(4.294.762)	-	(816.500)	-

Estratégias	31/03/2022						31/12/2021					
	Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva		Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	4.445	37.339	406.361	431.959	401.916	394.619	3.175	(2.204)	-	82.563	84.937	84.767
Hedge de Operações de Crédito	4.445	37.339	406.361	431.959	401.916	394.619	3.175	(2.204)	-	82.563	84.937	84.767
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	(57.573)	(7.861)	5.801.700	4.804.548	5.859.273	4.812.410	(2.031.108)	(7.913)	44.320.021	41.430.054	46.351.129	41.437.967
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	(2.046.793)	6.527	41.565.506	38.593.904	43.612.299	38.587.378
Hedge de Operações de Crédito	(57.573)	(7.861)	5.801.700	4.804.548	5.859.273	4.812.410	15.685	(14.439)	2.754.515	2.836.150	2.738.830	2.850.589
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Futuros	1.329.345	361	36.342.321	41.802.401	35.012.976	41.802.040	1.630.661	(616.062)	119.760.298	110.316.583	128.673.067	110.932.643
Hedge de Operações de Crédito (2) (3)	34.729	-	3.507.452	3.506.126	3.472.723	3.506.126	1.508.397	(577.845)	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.064.830	-	22.536.083	27.226.914	20.471.253	27.226.914	(10.543.430)	(26)	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	(770.214)	361	10.298.786	11.069.361	11.069.000	11.069.000	122.264	(38.191)	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

Estratégias	31/03/2022			31/12/2021		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	131.540	-	263.079	394.619	82.563	
Hedge de Operações de Crédito	131.540	-	263.079	394.619	82.563	
Contratos de Futuros	198.553	-	4.613.857	4.812.410	41.430.054	
Hedge de Operações de Crédito	198.553	-	4.613.857	4.812.410	2.836.150	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	38.593.904	
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	
Contratos de Futuros	30.733.040	-	11.069.000	41.802.040	110.316.582	
Hedge de Operações de Crédito (2)	3.506.126	-	-	3.506.126	27.965.018	

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$112.257 (31/12/2021 - R\$193.793) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/03/2022		Valor Nominal 31/12/2021	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.382.717	-	3.984.392	-
Total	3.382.717	-	3.984.392	-

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$0 (31/12/2021 – R\$1.506).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/03/2022		31/12/2021	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.382.717	3.382.717	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.382.717	3.382.717	3.984.392	3.984.392
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.382.717	3.382.717	3.984.392	3.984.392

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.797.300	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.996.060	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	27.229.059	7.725.538
Total	43.022.418	42.782.310

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedge*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2022.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.212)	(92.599)	(185.198)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(469)	(6.078)	(12.155)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.491)	(16.649)	(33.298)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(961)	(1.619)	(3.239)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(363)	(9.082)	(18.163)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(4.446)	(5.128)	(10.255)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.741)	(29.319)	(58.638)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.323)	(33.074)	(66.149)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(1.009)	(25.230)	(50.460)
Total (1)		(22.015)	(218.778)	(437.556)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(53.203)	(2.020.623)	(4.403.695)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(6.788)	(128.889)	(214.366)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(42.596)	(563.997)	(1.038.378)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(11.891)	(71.495)	(137.425)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(648)	(9.859)	(20.073)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.713)	(175.282)	(360.088)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	628	15.708	31.416
Total (1)		(146.210)	(2.954.437)	(6.142.608)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos gestionados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2022	31/12/2021
Fundos sob gestão	2.629.154	2.770.684
Fundos administrados	266.449.126	192.927.475
Total	269.078.280	195.698.159

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de primeiros que totalizavam R\$42.104.437 e R\$37.998.502, respectivamente.

e) Efeitos da Pandemia – COVID - 19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a manutenção dos funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

19. Eventos Subsequentes

Deliberação de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 14 de abril de 2022, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, a distribuição de: (I) Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) apurado com base no lucro do exercício apurado até o balancete levantado em 31 de março de 2022; e (II) Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos, conforme balancete levantado em 31 de março de 2022. os Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2022 e serão pagos a partir do dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2022		01/01 a 31/03/2021	
Receitas com juros e similares	26.360.842		16.300.789	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	3.644.260		4.056.364	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(5.058.526)		(3.573.215)	
Outras Receitas e Despesas	(1.270.716)		(2.153.891)	
Despesas com juros e similares	(12.912.640)		(4.426.949)	
Insumos de Terceiros	(2.042.098)		(1.911.183)	
Material, Energia e Outros	(199.801)		(163.963)	
Serviços de Terceiros	(1.529.763)		(1.507.385)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(63.578)		(9.191)	
Outros	(248.956)		(230.644)	
Valor Adicionado Bruto	8.721.122		8.291.915	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(604.805)		(673.352)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	8.116.317		7.618.563	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	22.873		30.568	
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.139.190		7.649.131	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.180.984	26,8%	1.977.643	25,9%
Remuneração	1.597.609		1.435.974	
Benefícios	434.160		396.702	
FGTS	114.582		102.205	
Outras	34.634		42.762	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.094.046	25,7%	1.586.517	20,7%
Federais	1.874.894		173.810.825	
Estaduais	230		(489.130)	
Municipais	218.922		(171.735.178)	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	44.721	0,5%	21.348	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios	3.819.438	46,9%	4.063.624	53,1%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.000.000		-	
Reinvestimentos de Lucros	800.776		4.054.128	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	18.662		9.496	
Total	8.139.190	100,0%	7.649.132	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2022, elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

Ao final do primeiro trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 0,5% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do quarto trimestre de 2021 e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela publicação de que o resultado efetivo observado no ano passado foi superior ao consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão anual de 4,5% para 2021, enquanto o número observado foi de alta de 4,6%. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 0,7% em 2022.

No primeiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,54%, patamar acima da meta determinada para 2022 (3,50%) e superior ao valor interanual de 7,5% projetado pelo Santander para o ano de 2022. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 6,25% a.a. para 9,25% a.a. no quarto trimestre de 2021 e tenha estendido o ciclo de alta no primeiro trimestre de 2022, quando a Selic atingiu o patamar de 11,75% a.a. na reunião do Copom de março. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 13,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 10,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o quarto trimestre de 2021 cotada a R\$5,58/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,44/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real foi revertida no primeiro trimestre, com a taxa de câmbio encerrando março em R\$4,77/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,40/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início do ciclo de alta de juros por parte do banco central norte-americano e; 2) conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve impacto altista sobre as cotações das *commodities* e reforçou as pressões inflacionárias globais já existentes. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente e; 2) tentativas do governo federal para alterar tributação dos combustíveis e amenizar tais pressões.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1T22	1T21	variação anual %	4T21	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	13.448,2	11.873,8	13,3	13.714,9	(1,9)
Receitas de instrumentos de patrimônio	(0,2)	1,5	(113,3)	63,3	(100,3)
Resultado de equivalência patrimonial	22,9	30,6	(25,2)	34,7	(34,0)
Tarifas e Comissões (líquidas)	3.644,3	4.056,4	(10,2)	3.821,3	(4,6)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) +					
Variações cambiais (líquidas)	(204,1)	(1.513,1)	(86,5)	(1.261,3)	(83,8)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(3,3)	(233,3)	(98,6)	(473,7)	(99,3)
Total de Receitas	16.907,7	14.215,8	18,9	15.899,2	6,3
Despesas administrativas	(4.504,5)	(4.195,1)	7,4	(4.731,9)	(4,8)
Depreciação e amortização	(604,8)	(673,4)	(10,2)	(604,8)	0,0
Provisões (líquidas)	(665,9)	(571,4)	16,5	(845,9)	(21,3)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(5.122,1)	(3.582,4)	43,0	(4.565,0)	12,2
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(3,2)	30,2	(110,6)	23,2	(113,8)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Resultado Operacional Antes da Tributação

Impostos sobre a renda

Lucro Líquido Consolidado do Exercício

59,8	17,7	237,9	(6,8)	(979,4)
6.067,2	5.241,5	15,8	5.168,0	17,4
(2.247,7)	(1.178,6)	90,7	(1.540,4)	45,9
3.819,4	4.063,0	(6,0)	3.627,7	5,3

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO

(R\$ Milhões)

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações

Hedge Cambial

Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado

1T22	1T21	variação anual %	4T21	variação trimestral %
6.067,2	5.241,5	15,8	5.168,1	17,4
-	2.394,1	(100,0)	889,9	(100,0)
6.067,2	7.635,6	(20,5)	6.058,0	0,2

IMPOSTO SOBRE A RENDA

(R\$ Milhões)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Hedge Cambial

Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado

1T22	1T21	variação anual %	4T21	variação trimestral %
(2.247,7)	(1.178,6)	90,7	(1.540,4)	45,9
-	(2.394,1)	100,0	(889,9)	(100,0)
(2.247,7)	(3.572,7)	(37,1)	(2.430,3)	(7,5)

O retorno anualizado tomando por base o resultado contábil do trimestre sobre o patrimônio líquido médio atingiu 14,36 % no primeiro trimestre de 2022, queda de 1,93% comparado ao primeiro trimestre de 2021.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

(R\$ Milhões)

	1T22	1T21	variação anual %	4T21	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(6.178,1)	5.015,1	(223,2)	1.426,0	(533,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	6.480,0	(7.409,4)	(187,5)	(2.315,8)	(379,8)
IR/CSLL	-	2.049,5	(100,0)	782,2	(100,0)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	(301,9)	344,5	(187,6)	107,7	(380,3)

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)

	Mar/22	Dez/21	variação anual %
Disponibilidades	19.170,6	16.657,2	15,1
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	30.211,0	18.858,8	60,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	94.791,0	70.570,7	34,3
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	852,6	870,2	(2,0)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	89.486,3	101.241,8	(11,6)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	623.162,2	633.241,4	(1,6)
Derivativos Utilizados como Hedge	109,0	342,5	(68,2)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	776,6	816,3	(4,9)

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.				
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto		1.598,0	1.232,6	29,6
Ativos Fiscais		41.737,8	41.757,3	(0,0)
Outros Ativos		9.636,5	6.049,0	59,3
Ativo Tangível		8.544,5	8.783,8	(2,7)
Ativo Intangível		30.849,5	30.786,8	0,2
Total do Ativo		950.925,6	931.208,4	2,1
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		47.781,7	36.952,6	29,3
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		9.028,3	7.459,8	21,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		758.025,8	750.093,7	1,1
Derivativos Utilizados como Hedge		483,0	447,0	8,1
Provisões		11.436,1	11.604,5	(1,5)
Passivos Fiscais		7.594,4	8.175,0	(7,1)
Outras Obrigações		10.196,0	10.501,3	(2,9)
Total do Passivo		844.545,3	825.233,9	2,3
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		105.977,0	105.640,1	0,3
Participações Não-Controladoras		403,4	334,3	20,7
Total do Patrimônio Líquido		106.380,4	105.974,5	0,4
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		950.925,6	931.208,4	2,1

2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 0,4 % em comparação a 31 de dezembro de 2021.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$99.683 e líquidos dos efeitos tributários pelo lucro líquido do período no montante de R\$3.819.438 e com avaliação patrimonial negativo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento no montante de R\$32.623 e Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$351.264.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,00%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,00% e o Capital Principal Mínimo de 7,50%.

A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Mar/22	Dez/21
Índice de Basileia Nível I	12,75	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	11,74	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,71	14,91

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	58.381,2	2.305,2	81,3	53.756,5	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	14.653,4	11.045,9	118,9	2.481,3	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	11.421,6	4.623,9	265,8	-	100,0%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	3.068,3	2.690,4	66,2	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.520,7	807,0	37,6	-	100,0%

Estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 2.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 31 de março de 2022, conheceu a renúncia apresentada pelo Sr. Cassio Schimtt ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 24 de março de 2022, aprovou a nomeação do Sr. Pedro Augusto de Melo, aos cargos de Membro do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração da Companhia.

Em 21 de março de 2022, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Leandro Alves ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com efeitos a partir de 17 de março de 2022.

Em 02 de março de 2022, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Marino Alexandre Calheiros Aguiar ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2022.

Em 25 de fevereiro de 2022, aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 08 de fevereiro de 2022, aprovou a exoneração do Sr. Carlos Rey de Vicente do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia.

Em 01 de fevereiro de 2022, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos, no montante de R\$ 1.300 milhões, pagos em 04 de março de 2022, e a declaração e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 1.700 milhões, pagos em 04 de março de 2022, ambos sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de fevereiro de 2022, aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, aprovou a eleição dos Sr. Murilo Setti Riedel como Diretor sem designação específica da Companhia.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em 03 de janeiro de 2022, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. José Teixeira de Vasconcelos Neto ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2021.

Em 03 de janeiro de 2022, aprovou a eleição dos Srs. Alexandre Guimarães Soares; André Juaçaba de Almeida; André Rosenblit; Celso Mateus De Queiroz; Leandro Alves; Luciana de Aguiar Barros; Paulo César Ferreira de Lima Alves; Paulo Sérgio Duailibi; Thomaz Antonio Licarião Rocha; e Tiago Celso Abate, todos como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 03 de janeiro de 2022, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. José Teixeira de Vasconcelos Neto ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2021.

Em 03 de janeiro de 2022, aprovou a eleição dos Sr. Murilo Setti Riedel como Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 249 milhões, que foram pagos em 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a exoneração do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial do cargo de Diretor Presidente da Companhia; a condução do Sr. Mario Roberto Opice Leão, atual Diretor Vice-Presidente Executivo, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; a exoneração do Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e a condução dos atuais Diretores sem Designação Específica, Sra. Andrea Marques de Almeida, Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz, e Sr. João Marcos Pequeno De Biase, ao cargo de Diretores Vice-Presidentes Executivos da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a nomeação do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial, aos cargos de Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia; a exoneração dos Srs. Mario Roberto Opice Leão e Carlos Rey de Vicente dos cargos de membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e a nomeação da Sra. Andrea Marques de Almeida e dos Srs. Álvaro Antônio Cardoso de Souza e Luiz Masagão Ribeiro Filho como membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2021, aprovou a eleição do Sr. Gustavo de Souza Fosse como Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 16 de novembro de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Álvaro Antônio Cardoso de Souza ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia, todos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 e aprovou a Proposta da Administração para convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 17 de dezembro de 2021.

Em 01 de novembro de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite, Andrea Marques de Almeida e Gilberto Duarte de Abreu como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de Dividendos sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,0 bilhões, pagos em 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Em 16 de setembro de 2021 aprovou a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 27 de julho de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Em 27 de julho de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,4 bilhões, pagos em 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de julho de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Rogério Magno Panca e Sandro Mazerino Sobral como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 01 de junho de 2021, aprovou a eleição da Sra. Vania Maria da Costa Borgerth como membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato.

Em 27 de abril de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos intercalares e intermediários totalizando o montante de R\$ 3 bilhões, pagos em 02 de junho de 2021 sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2021, aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia em BRGAAP e IFRS referentes ao primeiro trimestre de 2021.

Em 31 de março de 2021, aprovou a cisão parcial da Companhia, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet, com versão 2 da parcela cindida para a Getnet, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial do Santander ("Cisão Parcial").

Em 01 de março de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado por Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de cisão da operação de meios de pagamento, realizada pela subsidiária, Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), a fim de concentrar os negócios de tecnologia e pagamentos do Grupo Santander dentro do PagoNxt, uma nova plataforma global de pagamentos focada em tecnologia.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos, no montante de R\$ 512 milhões, pagos em 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 18 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

7. Pessoas

No Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 50.348 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossos colaboradores, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Banco Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. Destacamos algumas iniciativas no 1T22:

Ambiental

Neste primeiro trimestre, viabilizamos R\$ 5,2 bilhões em negócios sustentáveis. Além disso, mantivemos a liderança na escrituração de CBIOS, mercado que ajudamos a criar em 2020, e atualmente respondemos por 56% do market share desse mercado, operando tanto no mercado primário quanto no secundário. Em linha com o nosso compromisso NET ZERO, avançamos no uso de energia renovável e chegamos a 78% dessa fonte em nossos prédios administrativos e lojas de todo o Brasil.

Além disso, em fevereiro inauguramos uma usina de energia solar no telhado dos prédios Geração Digital e Radar. É a maior usina instalada desse tipo em uma área urbana no estado de São Paulo - e uma das maiores da América Latina.

São mais de 3 mil placas solares que vão produzir o suficiente pra abastecer quase 800 casas ou 100 lojas de pequeno porte. Em termos técnicos, serão 1,5 mil MWh de geração por ano.

Social

Disponibilizamos mais de 30 mil recibos para que todos os participantes da edição do Amigo de Valor de 2021 possam utilizar na declaração de imposto de renda desse ano.

Fizemos também o primeiro webinar de capacitação dos 159 projetos beneficiados pelo Amigo de Valor e Parceiro do Idoso. O objetivo é fortalecer ainda mais as iniciativas e a política pública da infância, adolescência e da pessoa idosa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Também investimos de forma crescente na estruturação de endowments – fundos patrimoniais ou filantrópicos – em que é possível garantir uma estrutura de sustentabilidade financeira de longo prazo para instituições e organizações sem fins lucrativos, como universidades e hospitais. Neste primeiro trimestre, dobramos nosso AUM nessa linha.

Governança

Na busca da equidade de gênero, atingimos 30,1% de mulheres em cargos de liderança e 27,6% de negros na organização. Nossa ambição é chegar a 40% de representatividade desses dois públicos até 2025. A participação de mulheres no Conselho de Administração foi de 27% no primeiro trimestre de 2022.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2022, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 31 de março de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/04/2022).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 31 de março de 2022, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2022:

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

João Marcos Pequeno De Biase

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Thomas Gregor Ilg
Tiago Celso Abate
Vitor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 31 de março de 2022, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2022:

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

João Marcos Pequeno De Biase

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Thomas Gregor Ilg
Tiago Celso Abate
Vitor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Sérgio Agapito Lires Rial – Presidente
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Angel Santodomingo Martell – Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
José Antonio Álvarez Álvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Andrea Marques de Almeida – Membro
Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
Carlos Aguiar Neto – Membro
Luiz Masagão Ribeiro Filho – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Sérgio Agapito Lires Rial – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Pedro Augusto de Melo – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
Pedro Augusto de Melo – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal*

Louise Barsi - Membro efetivo
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente
Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo

*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva**Diretor Presidente**

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

João Marcos Pequeno De Biase

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Thomas Gregor Ilg

Tiago Celso Abate

Vítor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/ O-4